



## Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

---

### **Nota de Repúdio e Solidariedade**

Recebemos com profunda indignação as recentes revelações de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi utilizada, durante o governo Bolsonaro, para vigiar ilegalmente empregados públicos e sindicalistas que se posicionaram contra a privatização da Eletrobrás. Trata-se de uma prática antidemocrática e inaceitável, que remete aos períodos mais sombrios da história brasileira e atenta contra os direitos constitucionais fundamentais.

Manifestamos aqui nossa mais irrestrita solidariedade aos companheiros perseguidos Felipe Araújo (Senge/Asef), Victor Costa e (Asef), Leonardo Pessoa (Asef), e a todos aqueles que, ao lutarem contra a privatização da Eletrobrás, tornaram-se alvo de perseguições por parte do governo Bolsonaro. Os trabalhadores têm o legítimo direito de organização e mobilização contra a entrega de um patrimônio estratégico nacional. Nenhuma democracia se sustenta sem liberdade sindical e sem a plena garantia de expressão e atuação política da classe trabalhadora.

Denunciamos com veemência que a utilização de um órgão de inteligência do Estado para monitorar opositores políticos e sindicais constitui uma ação antissindical e autoritária, incompatível com o regime democrático. Tal prática representa um grave desvio de finalidade da Abin e revela o uso político da máquina pública para reprimir o movimento sindical e a luta dos trabalhadores.

A revelação do uso da Abin nesse contexto apenas reforça o que o movimento sindical já



## Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

---

denunciava: o governo Bolsonaro lançou mão de todos os meios – inclusive ilegais – para impor a privatização da Eletrobrás a qualquer custo, atropelando o debate público, desrespeitando os princípios constitucionais e aprofundando o desmonte do Estado. Esses fatos reforçam o caráter ilegal e ilegítimo desse processo, que precisa ser revisto à luz da verdade e da justiça.

O movimento sindical brasileiro foi reconstruído com muito esforço e coragem após o fim da ditadura civil-militar que durou de 1964 a 1988. Nesse período, milhares de lideranças sindicais foram perseguidas, presas, torturadas e mortas por defenderem os direitos da classe trabalhadora. Repetir esse tipo de perseguição nos dias atuais é tentar reabrir feridas que jamais cicatrizaram completamente.

Não aceitaremos o retorno de práticas autoritárias, nem o silenciamento das vozes que defendem o interesse público. Reafirmamos nosso compromisso com a democracia, com a soberania nacional e com a luta por uma Eletrobrás pública a serviço do povo brasileiro.

**Ditadura nunca mais! Privatização não!**

**Wellington Leonardo da Silva**

**Coordenador Geral do SINDECON-RJ**